

Governo, Renamo e ONU assinam revisão do calendário militar do processo de paz

O calendário revisto do processo de paz moçambicano foi assinado sexta-feira em Maputo pelo Governo, Renamo e ONU, estabelecendo o início do acantonamento das tropas até 30 de Novembro próximo.

O documento foi assinado após enervantes esperas de duas horas para o início de uma reunião da Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) em que a assinatura teve lugar.

O encontro, prevista para começar às 15:00 locais, foi primeiro adiado uma hora, cinco minutos antes da hora marcada; a pedido do Governo, cuja delegação foi chefiada pelo ministro dos Transportes e Comunicações, Armando Guebuza.

Mas mais uma hora foi preciso para que aparecesse a delegação da Renamo, chefiada por Raúl Domingos, chefe do Departamento Político do movimento liderado por Afonso Dhlakama.

Nenhuma explicação foram dadas para estas demoras que enervaram durante algum tempo o representante especial do secretário-geral da ONU em Moçambique, o italiano Aldo Ajello.

A assinatura de um documento sobre movimentações de tropas durante a vigência do cessar-fogo foi adiada, porque, segundo uma fonte da ONU, a Renamo declarou na altura «não estar preparada».

O calendário aprovado formaliza o desbloqueamento do processo de paz moçambicano, obtido durante a visita a semana passada a Moçambique do secretário-geral das Nações Unidas, Butros Ghali.

Os países representados na CSC e a OUA manifestaram o seu «grande contentamento pelo relançamento do processo», numa declaração lida na reunião.

O novo calendário substitui o que estava contido no Acordo Geral de Paz (AGP) de Roma, de 4 de Outubro de 1992, completamente ultrapassado e que previa o termo do processo de paz em Outubro de 1994, com a realização de eleições gerais.

O calendário, segundo explicou Aldo Ajello, não fixa datas precisa, mas meses para o início das acções nelas previstas.

Segundo o cronograma, ainda em Outubro será aprovado o programa de extinção de forças irregulares pela Comissão de Cessar-Fogo, que reúne hoje, segunda-feira.

O desmantelamento destas forças ocorrerá em Novembro e Dezembro, em simultâneo com o acantonamento das tropas do Governo e da Renamo.

A desmobilização destas demorará cinco meses, entre Janeiro e Maio de 1994.

O calendário contido no AGP indicava que todo o processo de acantonamento e desmobilização estivesse concluído em 180 dias, a partir do dia «e», da-

ta da aprovação pela Assembleia da República do Acordo de Paz.

De acordo com o novo calendário, em Janeiro terão sido desmobilizados cinco por cento dos efectivos, 25 por cento em Fevereiro, 50 por cento em Março e 75 por cento em Abril. A desmobilização ficará concluída em Maio.

A ONU assumirá o controlo do armamento armazenado das tropas acantonadas a partir de Novembro, entregando-o de cada vez que se iniciar um dos três ciclos de formação das tropas de Infantaria do novo Exército, a começar em Janeiro em cinco centros no interior de Moçambique e envolvendo de cada vez cinco mil homens.

A formação dos 540 instrutores de Infantaria do futuro Exército, iniciado em Agosto em Nyanga, no Zimbábue, por militares britânicos terminará em 20 de Dezembro.

PORTUGUESES COMEÇAM A FORMAÇÃO

Os militares portugueses começaram a formação de forças de logística, fuzileiros e do primeiro dos três batalhões de forças especiais em Dezembro, depois de em Novembro terem já iniciado o treino de liderança a generais e coronéis, em regime de seminários, que se prolongará até Janeiro.

De acordo com o calendário, as Forças Armadas de Defesa de Moçam-

bique ficarão inteiramente operacionais em Setembro de 1994, «um mês antes das eleições».

A campanha para as eleições gerais em Moçambique deverá começar a 1 de Setembro e terminar a 14 de Outubro.

As datas do período de campanha parecem indicar que as eleições presidenciais decorrerão a 16 e 17 de Outubro de 1994, um domingo e uma segunda-feira, se a futura Lei Eleitoral seguir as normas do ante-projecto apresentado pelo Governo.

O ante-projecto prevê um intervalo de 24 horas entre o fim da campanha e o dia do início da votação, que decorrerá em dois dias consecutivos.

De acordo com o calendário revisto, a Lei Eleitoral deve ser aprovada até final de Novembro próximo.

As operações com vista à montagem de toda a máquina para a consulta iniciar-se-ão em Dezembro, com a abertura do concurso para o fornecimento do material para o registo eleitoral.

A distribuição do material para o recenseamento terá lugar em Fevereiro de 1994 e a instrução das brigadas de recenseamento far-se-á em Março.

O recenseamento eleitoral iniciará a 1 de Abril e terminará a 30 de Junho, mês em que estará também terminado o programa de refixação das populações deslocadas pela guerra.